

# JOSÉ BONIFÁCIO E A FORMAÇÃO DA ARMADA BRASILEIRA

CLAUDIO DA COSTA BRAGA\*  
Capitão de Mar e Guerra (Ref<sup>2</sup>)

---

## SUMÁRIO

A vida de José Bonifácio  
O banimento dos Andradas  
Caminhada para a Independência  
A visão política e estratégica, dilemas e óbices  
A formação da Armada imperial  
Lorde Cochrane na Marinha  
A Força Naval sob o comando de Cochrane  
Criação da Armada  
Conclusão

## A VIDA DE JOSÉ BONIFÁCIO

**A**o iniciarmos este artigo, é importante que conheçamos a vida de seu protagonista: José Bonifácio de Andrada e Silva. Além de sua vida familiar e acadêmica, serão abordadas sua trajetória política e sua participação na formação da Armada nacional e imperial.

Filho de Maria Bárbara da Silva e de Bonifácio José Ribeiro de Andrada, José

Bonifácio nasceu em 13 de junho de 1763, na Rua Direita da Vila de Santos, litoral da Província de São Paulo. Nessa época, a população não passava de 1.500 pessoas. Nascido José Antônio, mudaria seu nome para José Bonifácio por ocasião da crisma. Em sua infância, viveria nas proximidades do Forte de Nossa Senhora de Montserrat, à beira do porto e próximo ao Largo da Matriz e ao Colégio de São Miguel, onde, com sua família, assistia às missas

---

\* Superintendente do Sistema de Comunicações da Marinha na Diretoria de Comunicações e Tecnologia da Informação da Marinha. Autor de vários livros, com destaque para: *A Guerra da Lagosta, O Último Baile do Império, 1910 – O fim da Chibata – Vítimas ou algozes?* e *Tamandaré nas Guerras da Independência e Cisplatina*. Titular da Cadeira 76 do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil (IGHMB).

dominicais. Sua família era de origem portuguesa, da região do Minho e Trás-os-Montes, parente dos condes de Amares e dos marqueses de Montebelo. Seu avô José Ribeiro de Andrada, o coronel da Ordenança de Santos, ocupara cargos importantes na colônia, nas alfândegas do Rio de Janeiro e de Santos. Seu tio, José Bonifácio, estudou em Coimbra e formou-se médico e, além de possuir clínica própria, foi nomeado, em 1748, médico do Presídio e Guarnição da Praça. Um outro tio, Tobias, também estudou em Coimbra e, no regresso ao Brasil, exerceu a função de tesoureiro-mor da Sé Episcopal de São Paulo. O terceiro tio, João Floriano, seguiu a carreira eclesiástica. Seu pai, Bonifácio José, casou-se aos 32 anos, em 1758, com Dona Maria Bárbara da Silva, filha de portugueses e com quem teria dez filhos. Exerceu vários empregos públicos, além de contar com rendas obtidas de bens imóveis na vila e nas fazendas de café, arroz e cana-de-açúcar. Era um homem de posses, sendo, em 1765, o segundo homem mais rico de Santos. Em 1777, o governador e Capitão-General Martim Lopes o promoveu ao posto de coronel do Estado-Maior dos Dragões Auxiliares “por ser paulista das principais famílias da Vila de Santos e ter posses para sustentar o posto com luzimento”. Entretanto não pôde ostentar tal honraria quando o mesmo Martim Lopes solicitou à rainha de Portugal, D. Maria I, que não confirmasse tal ato.

Aos 14 anos, em 1777, mudou-se para São Paulo, ficando aos cuidados de Frei Manuel da Ressurreição, 3º bispo diocesano de São Paulo, que reabriu o Seminário Episcopal para o ensino de Filosofia, Lógica, Ética, Retórica e Línguas Vivas. Nesta última, Bonifácio possuía especial aptidão<sup>1</sup>. Nessa ocasião, Frei Manuel

tentou induzi-lo ao celibato, o que foi recusado, pois não manifestava nenhuma inclinação para a carreira eclesiástica.

Em 1780, quando tinha 17 anos, não havia notícias da sua permanência em São Paulo, devendo ele ter se transferido para o Rio de Janeiro. Nessa época, realizaria uma viagem de navio a Santa Catarina; depois viajaria para Minas Gerais. Tudo isso motivado para seu aprendizado: aprender com a vida.

Em 1783, empreenderia uma travessia do Atlântico para a metrópole Lisboa, a tão falada capital do Reino de Portugal pelos senhores do Brasil Colônia. Estava seguindo o caminho de seus tios. Lisboa ainda se recuperava do violento terremoto de 1755, que deixara a cidade arrasada. Não dava para compará-la com outras capitais europeias, como Londres, Paris, Roma e Madri, mas, ainda assim, deveria estar melhor que Santos ou Rio de Janeiro da época. A primeira impressão de Lisboa não teria sido boa. A cidade não tinha esgoto, iluminação pública, fontes, jardins e prédios majestosos como imaginara. De Lisboa fora para Coimbra, a fim de aprimorar e completar seus estudos e sua formação acadêmica. Cursaria Direito e Filosofia Natural na Universidade de Coimbra, uma das mais antigas da Europa e das mais reconhecidas. Os anos passaram rápido e, em 16 de junho de 1787, recebeu o diploma de bacharel em Filosofia Natural, que nada mais era do que o conhecimento da ciência que tratava da natureza, e, no ano seguinte, o título de bacharel em Ciências Jurídicas – Leis. Ele seria um advogado naturalista!

Com os diplomas na mão, a preocupação seguinte seria onde trabalhar e obter o sustento financeiro desejado e necessário para sua sobrevivência, sem a necessidade da ajuda da família, que ficara no Brasil.

<sup>1</sup> Consta que chegou a falar corretamente seis idiomas.

A criação da Real Academia das Ciências e dos Jardins Botânicos de Lisboa e Coimbra era providencial naquele momento, pelas demandas de novos profissionais e da acolhida de todo e qualquer material que agregasse valor ao acervo das instituições recém-criadas. O mundo vivia o desenvolvimento das ciências da natureza. Plantas, animais, minerais, rios e nações indígenas desconhecidas, tudo isso passou a ser do maior interesse mundial. Todos os profissionais que se dedicavam às Ciências Naturais tinham prestígio e eram renomados por seus trabalhos. Todo esse ambiente fora observado por José Bonifácio, em especial o da mineralogia. Com o título de bacharel em Direito, em 1789, prestou exame que o habilitasse para o exercício dos cargos de juiz de fora, ouvidor ou desembargador. Entretanto não há registro do porquê de não exercer a carreira de magistrado. Fato é que se aproximou de figura proeminente da nobreza de Portugal, o Duque de Lafões, D. João de Bragança, sobrinho do rei D. João V, que teria idealizado e fundado a Academia Real de Ciências e Letras de Lisboa. Nessa ocasião, Bonifácio apresenta o trabalho “Memórias sobre a pesca das baleias e a extração do seu azeite, com algumas reflexões a respeito de nossas pescarias”.

Alguns historiadores apontam que esta proteção do Duque de Lafões permitiu que José Bonifácio se aperfeiçoasse nos estudos de mineralogia e metalurgia e depois entrasse como membro titular daquela Academia.

Podemos destacar um momento de sufoco pelo qual passaria José Bonifácio ainda na universidade. A Inquisição em Portugal, apoiada pela rainha Dona Maria I, iria bater à sua porta após denúncia anônima, feita ao Tribunal do Santo Ofício, acusando-o de estar envolvido em práticas heréticas com colegas. A acusação referia-se à manifestação

de seus grupos de colegas que consideravam o mistério da Santíssima Trindade falso e a alma não imortal e negavam a divindade de Jesus Cristo, a virgindade de Nossa Senhora e a necessidade de confessar pecados. Além disso, possuíam exemplares do livro do Barão de Holbach cujo título, *Sistema da Natureza*, contestava a existência de Deus. Porém, após denúncia, nada lhe aconteceu de mais grave.

Em 31 de janeiro de 1790, Bonifácio se casaria com Narcisa Emília O’Leary, uma irlandesa de 20 anos, no oratório da residência do bispo de Mariana, na freguesia de Nossa Senhora da Lapa, em Lisboa. Foi um casamento envolto em muitos mistérios. Nunca foi encontrada a certidão desse matrimônio, além de que o padre dominicano que os casou, Frei Domingos da Encarnação Pontével, na ocasião, encontrava-se em Minas Gerais, e não em Lisboa. Além disso, sua esposa seria na verdade filha de mãe solteira e morava com uma tia de nome Isabel. Comentava-se também que os protocolos pré-nupciais não teriam sido observados. Com Narcisa O’Leary teria tido sua primeira filha, Carlota Emília.

Dúvidas acrescentam que Bonifácio era dado a amantes e mulheres fáceis e que, por “roubar a honra” da moça, teria então contraído o matrimônio. A verdade é que, após o casamento, Bonifácio se afastaria por dez anos de Lisboa e, nove meses depois, Narcisa Emília daria à luz uma criança, Carlota Emília.

Seus próximos dez anos (1790-1800) seriam de estudos e trabalho na área de mineralogia, visitando vários países da Europa, tudo mantido por bolsa de estudo do governo português. Seu primeiro país foi a França, aonde chegara ainda no primeiro ano da Revolução, não sendo o período um dos mais proveitosos. Muitos professores, os mais conhecidos, ou estavam envolvi-

dos com a Revolução ou estavam presos. Antoine Lavoisier, o “pai da química moderna”, com quem tanto Bonifácio teria a aprender, teve sua cabeça guilhotinada depois de se envolver com os revolucionários. Paris era uma carnificina só, com carroças carregadas de sacrificados percorrendo suas ruas em uma baderna sem precedentes. Diante desse cenário de anarquia e barbárie do vandalismo revolucionário, Bonifácio seria eternamente defensor da monarquia constitucional e da ordem. No seu período em Paris, ele circularia entre diversas sociedades de Ciências Naturais, muitas delas recém-criadas. A cidade fervilhava na vida política e também nas orgias sexuais. Bordéis se multiplicavam, passando a ser fonte de renda para muitas senhoras e senhoritas que não tinham mais em seus maridos as proteções financeiras desejadas. Alguns biógrafos de Bonifácio relatam ser ele um assíduo cliente dessas casas, chegando a dizer que, da Senhorita Franchette

e da Madame Delaunay, teria tido uma filha de cada. Na estada parisiense, teria elaborado uma monografia a respeito dos diamantes do Brasil, apresentada na Sociedade de História Natural de Paris.

Depois de passar por Rouen, na Normandia, Bonifácio foi para a Bergakademie Freiburg, o centro principal de estudo em Geologia e Mineralogia, localizado no Reino da Saxônia. Lá, estudou com o geólogo e professor alemão Abraham Gottlob Werner. Visitou minas, fundições e salinas na Saxônia, Áustria, Tirol, Pádua, Salzburgo, Viena, Hungria, Suécia, Noruega, Holanda e Dinamarca. Aprimorou seus estudos e conhecimentos

com grandes cientistas, aprendendo com Chaptal, Fourcroy, Jussieu, Haüy, Volta e Alexander von Humboldt. De setembro de 1796 a agosto de 1797, sua esposa o acompanhou, deixando a filha Carlota, agora já com 6 anos, com a tia Isabel.

Em 1799, já próximo ao término de sua formação, seu amigo Joaquim José de Miranda Rebello, ex-secretário de Dom Rodrigo de Souza Coutinho, ministro de Ultramar em Turim, escreveu uma carta elogiando e indicando Bonifácio para serviços em Portugal. José Bonifácio também escreveria uma longa carta ao embaixador Lourenço de Lima, na qual informava seu retorno a Portugal e expunha suas ideias sobre a importância das minas na riqueza dos países. Sugeriu a reforma da legislação

que tratava do assunto, as necessidades e as qualificações necessárias dos trabalhadores no setor de produção e manuseio, indicando a importância de se estabelecerem escolas técnicas específicas e que a atividade deveria

envolver empresas privadas e do reino.

Sabedor de que cópia dessa carta já teria sido enviada a Dom Rodrigo de Souza Coutinho, Bonifácio escreve uma outra a Dom Rodrigo, informando o seu regresso a Portugal e colocando-se disponível a dar o melhor de si para o desenvolvimento da atividade de mineração nesse país.

De volta a Portugal, agora com 37 anos, encontra dois de seus irmãos, Antônio Carlos, 27 anos, e Martim Francisco, 25, ambos formados em Coimbra, respectivamente em Direito e Filosofia. Eram irmãos que Bonifácio não via há muitos anos, desde quando saíra do Brasil, quando aqueles tinham 10 e 8 anos de idade.

**Diante do cenário de anarquia e barbárie, Bonifácio seria eternamente defensor da monarquia constitucional e da ordem**

Seus dez anos de estudo pela Europa haviam terminado. Foram momentos maravilhosos e que nunca mais seriam esquecidos.

Bonifácio é nomeado intendente-geral das Minas e Metais do Reino, não sendo este um cargo que lhe desse uma recompensa de salário que considerasse adequada.

Em 1800, realizaria viagem de estudo e pesquisa em mineralogia pelas regiões de Extremadura e Beira, acompanhado de seu irmão Martim Francisco. Dessa experiência, apresentaria anos mais tarde, em 1812, trabalho a respeito na Academia de Ciências de Lisboa. Portugal vivia uma forma administrativa de governo baseada em favores e não no mérito profissional ou de conhecimento. Aos portugueses fidalgos a ascensão profissional era facilitada e estimulada, enquanto para outros, aí incluídos os brasileiros, o acesso a cargos de maior relevância no governo era quase que proibitivo, e assim aconteceria com José Bonifácio. Para

compensar os baixos salários, trabalharia também como professor de Metalurgia na Universidade de Coimbra, cadeira recém-criada. Como magistrado, era de praxe ser condecorado com a Ordem de Cristo. Como intendente-geral das Minas e Metais, tentou, por várias ocasiões, mostrar a importância de seu cargo, apesar de não ser reconhecido e remunerado como deveria.

Em 1803, embora magistrado na Universidade de Coimbra, membro do Tribunal das Minas do Reino, encarregado da Casa da Moeda e administrador das minas de carvão de Buarcos, ainda não considerava ter o reconhecimento devido

pelo Reino de Portugal, atrasado e mal-adaptado aos novos tempos.

Sua amizade com Dom Rodrigo só crescia a cada dia, tornando-se ambos amigos e confidentes. Entretanto, em 1803, Dom Rodrigo deixa o governo, e isso não seria bom para José Bonifácio, que o tinha como seu protetor. O exercício de magistrado na Universidade de Coimbra não era muito do seu agrado, pois não tinha prazer em lecionar, porém tornara-se uma forma de receber mais renda e com possibilidade de acesso às honras em decorrência do magistério. Em 1805, Bonifácio assume como desembargador da Relação do Porto, cargo que não vinha acompanhado de remuneração, mas pouco atuaria nessa nova atividade.

Agora nos seus 40 e poucos anos, dentro das suas qualidades, não carregava a modéstia e nem suportava o contraditório. Suas características indicavam temperamento explosivo, arrogante, orgulhoso e sôfrego. Sua inteligência despontava,

sendo alegre, brincalhão, zombeteiro, desenvolto e vivaz. Suas características físicas o apresentam como de altura baixa a mediana para a época, magro, rosto pequeno e redondo, nariz curvo, timbre de voz antipático, olhos pretos pequenos, cabelos negros, finos e lisos, presos numa trança escondida sob a gola da jaqueta.

Em 1807, foi nomeado diretor de Obras Públicas de Coimbra e do Rio Mondego. Nessa época, possuía uma quinta alugada, onde cultivava hortaliças e legumes.

Não são bem conhecidas a participação e a atuação de José Bonifácio e sua família por ocasião da ida da Família Real portuguesa para o Brasil, em 1807. Sabe-se que

### **Não são conhecidas a participação e a atuação de José Bonifácio na ida da Família Real portuguesa para o Brasil**

ele participou da resistência de Coimbra, onde era o encarregado do fabrico de cartuchos de pólvora, e que, depois, seria escolhido um dos chefes militares da resistência. Bonifácio, graduado tenente-coronel do Corpo Acadêmico, integrava o Estado-Maior do Exército da Resistência e conduziria o Serviço de Segurança do Exército, tendo participação de destaque na condução de suas tarefas. Quando da saída dos franceses, em 1811, servia na cidade de Peniche. A vida em Portugal, sob o governo do general britânico William Beresford, estava sufocante. A presença inglesa, antes aliada, agora era indesejada e considerada invasora.

Bonifácio tentou várias vezes voltar ao Brasil. Conseguiu afastamento de Coimbra por um ano, mas não retornou. Entre 1812 e 1819, assumiu a Secretaria-Geral da Academia Real das Ciências de Lisboa. Em Portugal, nessa época, ninguém progredia por seus talentos, mas, exclusivamente, por favores. Seu descontentamento se juntava a um ressentimento antiaristocrático.

Em 1814, foi diagnosticado como atacado por “um estado morboso”. Nessa época viajava muito por Portugal, e sua esposa assim lhe escrevia: “Meu querido Andrada, por que não voltas o quanto antes para tua casa, para o seio de tua família que tanto e tanto o deseja?”. Em algumas cartas assinava: “A tua amante”.

Após tantos cargos, não conseguia ultrapassar hierarquias, pois não era fidalgo em Portugal. Em 1818, sua situação de saúde torna-se mais crítica. É acometido de reumatismo e hemorroidas. Era hora de regressar à sua terra natal. Assim foi, quando, em 24 de junho de 1819, faria seu discurso de despedida da Academia de Ciências. Voltaria a São Paulo após 36 anos de afastamento do Brasil, levando no âmago de seu ser a amargura contra

o sistema de privilégios, ferido pela impossibilidade de ascensão por méritos próprios. Em 19 de agosto de 1819, já com 56 anos, embarca de regresso à sua terra natal, trazendo consigo sua biblioteca com seis mil livros e sua coleção de minerais, que considerava a melhor do mundo.

De retorno ao Brasil, na Corte, teve duas ofertas de emprego. A primeira, de ajudante do Ministro Tomás Antônio de Villanova Portugal, homem forte de D. João VI e ministro de várias pastas: Reino, Erário Régio e Negócios Estrangeiros e da Guerra. Tomás Villanova era defensor do regime absolutista, inimigo de liberais ilustres, como o Conde de Palmela, e promotor de intensa campanha contra as sociedades secretas, em especial a maçonaria. Apoiava a ideia de se manter a Corte no Rio de Janeiro como forma de preservar as prerrogativas do antigo regime em terras brasileiras, livre das ameaças liberais que se propagavam em Lisboa. Era figura na contramão de tudo o que Bonifácio criticava. A segunda oferta seria a reitoria do Instituto Acadêmico, espécie de universidade que se queria fundar. Crítico feroz da vida acadêmica, Bonifácio aceitou apenas o título de membro do Conselho de D. João VI e retirou-se para Santos. Logo veria como sua pequena vila havia mudado. Reencontrou sua mãe, já bem idosa; apresentou-lhe a esposa Narcisa e as filhas Gabriela Frederica e Narcisa Cândida, esta bastarda, fruto de uma aventura, passando-se por filha de casal de empregados, tendo recebido o nome da esposa traída.

Na sua chegada a Santos, já se manifestaria contra os conceitos aplicados na lavoura, em especial na cultura da cana-de-açúcar em grandes latifúndios, que provocava a degradação do solo, além de práticas de agricultura destrutiva e de pouca produtividade e do não uso de novas tecnologias já conhecidas. Combatia

o emprego do trabalho escravo africano. Nesse ano, receberia de D. João VI o título de conselheiro. O período de sua vida política na Corte, no Rio de Janeiro, está descrito nos textos mais adiante.

## O BANIMENTO DOS ANDRADAS

Em 15 de julho de 1823, D. Pedro demite o governo de José Bonifácio. O relacionamento dos Andradas com D. Pedro, em especial José Bonifácio, já vinha se deteriorando há algum tempo. O questionamento do seu relacionamento com D. Domitila teria sido a gota d'água. José Bonifácio chegaria a declarar o motivo da sua desgraça: “Tinham lhe metido na cabeça [de D. Pedro] que o tratava como pupilo e não como soberano”. José Bonifácio era 35 anos mais velho que D. Pedro.

Saídos do ministério, José Bonifácio e seus irmãos permaneciam, ainda, como deputados constituintes, não deixando de manter suas presenças ativas em todos os assuntos. Bonifácio, com erisipela, preferia ficar no conforto de sua casa. Se aliam à facção antiportuguesa, empregando toda a energia nesse sentido. Em breve, a Assembleia e a Imprensa começariam não só a expressar sentimentos antiportugueses como também antimonárquicos. Com o afastamento dos Andradas do ministério, D. Pedro se cerca de portugueses de nascimento, fato somado ao não reconhecimento do Brasil Império por Portugal. A tensão aumentava, pois se temia uma ação militar contra o Brasil.

Os acontecimentos na Assembleia se exacerbaram, com D. Pedro ameaçando os constituintes para que cassassem os mandatos dos Andradas e aprovassem medidas para censurar a imprensa. Não atendido, em novembro, apoiado pelo Exército, dissolve a Constituinte e, no mesmo Ato, convoca uma nova. Mandou prender vários consti-

tuintes e opositores ao Imperador, exilou os Andradas na Europa e pessoalmente assumiu as rédeas do governo.

Em 20 de novembro, todos foram embarcados na Charrua *Lucônia* com destino à Europa: José Bonifácio; sua mulher D. Narcisa Emília; a filha Narcisa Cândida; a irmã D. Flora; uma afillhada, Carlota Emília Machado; o criado Matias, de 14 anos, e mais duas criadas. Embarcaram também Martim Francisco, com a mulher D. Gabriela (filha de Bonifácio), duas criadas e um criado; Antônio Carlos, com sua mulher D. Ana Josefina (filha de sua irmã Ana Marcelina Ribeiro de Andrada); um sobrinho e um criado.

Após muitos transtornos na travessia, foram para Vigo, Espanha, lá chegando em 12 de fevereiro, quando o navio ficou fundeado e seus passageiros impedidos de desembarcar. Chegaram em Bordeaux, França, em 5 de julho, aí se fixando com toda a família na pequena cidade de Talence, então um vilarejo de cerca de 1.200 habitantes nas proximidades de Bordeaux. Do Rio de Janeiro, em 20 de novembro, até Bordeaux, seriam quase 200 dias de muito sofrimento, desconforto e indecisões para os Bonifácios. O banimento de toda a família da França muito machucaria José Bonifácio, pela injustiça e ingratidão. Seu ressentimento se somava às péssimas condições financeiras em que se encontrava, pois as pensões a que tinha direito ou atrasavam ou não eram recebidas. De seu exílio, mantinha bastante atualizadas as suas correspondências com os amigos. De articulador político da independência a exilado, de ministro poderoso a inimigo do Imperador, em apenas dois anos. Eram fatos que o maltratavam.

Enfim, em julho de 1829, já com 66 anos, retornaria ao Brasil, tendo falecido sua mulher, D. Narcisa Emília, na travessia do Atlântico. Em seu retorno, se

acomodaria, inicialmente, na residência do amigo Luís Drummond, no Catumbi, local de casas elegantes, de famílias da classe média alta. Depois, se estabeleceria, com a filha Narcisa, na ilha de Paquetá.

Interessante destacar é que, após abdicar, em 7 de abril de 1831, D. Pedro I nomearia José Bonifácio tutor de seu filho Pedro, de 5 anos, herdeiro do Império do Brasil, e de suas irmãs, as princesas Januária, 9 anos, Maria Paula, 8 anos e Francisca, 6 anos, demonstrando que confiava em seu antigo ministro. Entretanto Bonifácio ainda possuía muitos desafetos na Assembleia, que cassaria essa tutoria e colocaria em votação a escolha de um novo tutor, tendo sido José Bonifácio o escolhido. A ama, que os vira nascer, seria D. Mariana Carlota de Verna Magalhães Coutinho (Dadama). Bonifácio e Dadama não eram amigos, e dizem que ela conspirava contra ele.

Por fim, Bonifácio passaria na Ilha de Paquetá seus últimos momentos de vida. Morreria em 5 de abril de 1838, em Niterói (RJ). José Bonifácio, que ficaria conhecido como o “Patriarca da Independência”, muito deve à cuidadosa campanha promocional do jornal *O Regulador Brasileiro*. Antes, raramente recebia elogios. Mas não podemos deixar de enaltecê-lo pelas suas atitudes que levaram à nossa Independência de Portugal e, principalmente, à formação de nossa primeira Armada nacional e imperial. Penso que deveria ser homenageado dando nome a um navio cinza da Marinha do Brasil.

## CAMINHADA PARA A INDEPENDÊNCIA

Após a partida de D. João VI, a Constituinte em Lisboa continuava a pressionar o regresso de D. Pedro com a intenção de retirar do Brasil as vantagens políticas e econômicas alcançadas.

No Brasil continuava a evolução do sentimento de independência. As províncias de São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Minas Gerais pressionavam o Príncipe a tomar medidas de oposição às deliberações portuguesas. No entanto as províncias do Norte opunham-se às decisões do Príncipe Regente. Em 3 de junho de 1822, D. Pedro convoca uma Assembleia Constituinte e Legislativa com a pretensão de atingir autonomia legislativa, embora mantendo a união com a Coroa portuguesa, além de declarar-se Regente Constitucional. Como podemos depreender, o Brasil queria a sua independência, mas firmada sobre a união bem-entendida com Portugal. Mas o Congresso em Lisboa não tinha um perfeito conhecimento da realidade brasileira, recusando-se a votar os artigos referentes à criação de dois Congressos, um em Portugal e outro no Brasil, além de Cortes Gerais na Capital do Brasil. A carta de D. Pedro informando sobre a convocação da Assembleia Constituinte e a sua proclamação como Regente Constitucional só se tornaria do conhecimento de Lisboa em 26 de agosto de 1822.

A crise aumentou no Congresso de Lisboa, tendo os representantes das províncias brasileiras solicitado a anulação de suas representações. A Comissão de Constituição, reunida em urgência, renega a solicitação dos deputados brasileiros.

Nesse período anterior da independência, a opinião pública portuguesa, orientada por diversos periódicos, defendia uma posição de força contra as liberdades, principalmente comerciais, concedidas ao Brasil, sendo hostil à nossa separação ou a qualquer solução de conciliação. Apoiavam mesmo o uso da força para impor ao Brasil a sua subordinação à Corte. Ora, uma solução deste tipo, que só atenderia aos ânimos portugueses, nunca poderia ser aplicada sem o apoio externo. Entretanto

esse apoio não aconteceria devido ao quase completo isolamento internacional que Portugal vivia naquele momento.

O processo de regeneração política da nação portuguesa levou esta a um isolamento internacional, isto é, da Europa monarquista, não permitindo nenhum apoio militar externo. Além disso, do ponto de vista econômico, o Brasil oferecia muito mais vantagens aos países europeus do que Portugal, daí o desinteresse daqueles pela manutenção da soberania portuguesa sobre o Brasil.

Destaca-se que as promulgações dos Atos Governamentais, tanto do Brasil como de Portugal, devido à distância entre os dois países e à demora para se conhecer a decisão de um e do outro, nem sempre eram decretadas em decorrência de uma decisão tomada por um dos países.

Outro fato marcante era a hegemonia inglesa na época, já que o país era pioneiro na Revolução Industrial. Assim, nossa independência e a dos demais países da América do Sul eram de grande importância no desenvolvimento do capitalismo britânico.

O motivo que levaria D. Pedro à proclamação de nossa independência foi o recebimento do Decreto de 23 de julho, em que Portugal, embora permitisse a sua permanência no Brasil até a publicação da futura Constituição portuguesa, exigia a aplicação imediata do Decreto de 29 de setembro de 1821 e a instalação das Juntas Provisionais, que ficariam subordinadas diretamente àquele país. Esse decreto chegaria às mãos da Imperatriz Leopoldina, que se encontrava na Fazenda Santa Cruz<sup>2</sup>, e que, junto com José Bonifácio, mandara o Major Cordeiro, acompanhado do estafeta Paulo Bregaro<sup>3</sup>, fazer o documento chegar às mãos de D. Pedro, que assim teria se pro-

nunciado: “Amigos, as Cortes portuguesas querem escravizar-nos e perseguir-nos. A partir de hoje, as nossas relações estão quebradas. Nenhum vínculo mais nos une”.

E retirando a bandeira azul e branca que simbolizava Portugal, continuaria: “Tirem suas bandeiras, soldados. Vivas à Independência, à liberdade e à separação do Brasil”.

Nesse momento, após desembainhar sua espada e erguê-la, continuou: “Pelo meu sangue, minha honra, meu Deus, eu juro dar ao Brasil a liberdade. Independência ou Morte! Estamos separados de Portugal!”

Estava, assim, proclamada a nossa independência.

O cenário da Independência do Brasil ficaria registrado, para a posteridade, no quadro de Pedro Américo, representando o relato deixado pelo Major Francisco de Castro Canto e Mello, que fazia parte da comitiva de D. Pedro.

Para Portugal, a separação do Brasil seria calamitosa em termos econômicos. Portugal estava arrasado depois de tantos percalços devido às Guerras Napoleônicas. Era necessária a manutenção das condições de comércio estabelecidas com o Brasil. Estas, rompidas, agravariam ainda mais a situação econômica portuguesa.

Podemos dizer que a nossa independência aconteceu com guerra e derramamento de sangue inexpressivos.

## A VISÃO POLÍTICA E ESTRATÉGICA, DILEMAS E ÓBICES

Na ocasião da independência, o Brasil era um país pobre. A partida de D. João VI desestruturara a administração pública, realçando o peculato, o suborno, a venda

2 Mesmo local onde hoje é um bairro de mesmo nome, na cidade do Rio de Janeiro.

3 Ele é hoje o patrono dos Correios do Brasil.

de honrarias e o contrabando, além de deixar o País sem recursos financeiros no Tesouro, com o Banco do Brasil falido.

Na Marinha, apesar de a Escola Naval ter permanecido, não ficaram meios navais que defendessem o Brasil. O povo não tinha educação ou benefícios sociais que o mantivesse fiel aos Braganças. O País era composto de diversas regiões estanques, com culturas muito diferentes, algumas mais ligadas a Lisboa do que ao Rio de Janeiro, como Pará, Maranhão e Ceará. Pernambuco e Bahia eram rentáveis como províncias, em especial com a exportação de açúcar; o Rio Grande do Sul possuía uma pecuária que se despontava; São Paulo estava em franca expansão com a agricultura de trigo, café e cana, iniciando o estabelecimento de algumas indústrias. O Rio de Janeiro, apesar de pouco estruturado para se manter como capital, ainda tinha seu passado glorioso de sede do Reino de Portugal, Brasil e Algarves e de grande centro exportador dos minerais extraídos das Minas Gerais, apesar de necessidades prementes de urbanização, saneamento básico e combate às pragas dos mosquitos. As províncias não tinham interesses comuns, nem tinham ligações umas com as outras, tendo necessidades e problemas distintos e sendo governadas por leis diferenciadas. José Bonifácio defendia a construção de um poderoso Império, contrariando as teses nacionalistas dos deputados portugueses. Era preciso que as províncias de norte a sul permanecessem coesas.

Em 23 de junho de 1821, na Província de São Paulo de Piratininga, uma Junta Provisória foi formada, sendo José Bonifácio representante da Vila de Santos, e seu irmão, Martim Francisco, de São Vicente. Em seguida, é eleito um governo provisório, sendo a Assembleia presidida por José Bonifácio.

Bonifácio indicaria então para governador Carlos Augusto de Oyenhausen-Gravenburg, Marquês de Aracati, liberal como ele, fiel aos Braganças e defensor dos princípios liberais que estavam sendo tratados em Lisboa. Bonifácio é eleito vice-presidente da Junta Provisória de Governo de São Paulo, iniciando assim a jornada política que o alçaria a uma das figuras mais proeminentes e relevantes para a nossa independência de Portugal. Logo, com participação maior de Martim Francisco, os Andradas assumiriam o poder em São Paulo, afastando seus principais dirigentes: primeiro o ouvidor-geral, D. Nuno Eugênio Seiblit e, depois, o próprio Carlos Augusto de Oyenhausen-Gravenburg. Por fim, acabaram por apaziguar os ânimos, e a Província vivia momentos de tranquilidade, o que levaria D. Pedro a escrever para seu pai, D. João VI: “José Bonifácio de Andrada e Silva, a quem se deve a tranquilidade na atual Província de São Paulo”.

Junto com Martim Francisco e inspirado por pensadores liberais e figuras influentes da época, Bonifácio organizou uma agenda para os deputados paulistas nas Cortes, denominada Lembranças e Apontamentos, que foi assinada por todos os deputados e seria o guia das demandas dos deputados de São Paulo. Nessa agenda ainda não se tratava de independência e nem há críticas sobre a manutenção do Brasil no Reino de Portugal. Ao contrário, o texto sublinha que “os laços indissolúveis, que hão de prender as diferentes partes da monarquia em ambos os hemisférios, sejam eternos como esperamos”.

Defendia, portanto, a união das províncias do Brasil com Portugal.

As marcas de sua vida na metrópole se explicitavam nas ideias apresentadas: ele foi funcionário de carreira da Coroa e dela

dependia, foi discípulo de D. Rodrigo de Souza Coutinho, defensor da criação do Império luso-brasileiro. O fato de o texto ter sido encampado por outros deputados demonstra que não existia no horizonte qualquer intenção de emancipação naquele momento. Como explicam historiadores, Bonifácio não se dava conta de que a Revolução Liberal do Porto significava, justamente, o fracasso do projeto no qual ele fora formado. Era o fim do Império e o fim da monarquia absolutista.

A questão que os deputados teriam pela frente era a preservação de um Brasil autônomo e com governo próprio, dentro da monarquia constitucional de Portugal. No documento Lembranças e Apontamentos, em seu primeiro capítulo, Negócios da União, se previa que o Rei governaria no Rio de Janeiro e em Lisboa, alternando a sua presença com a do Príncipe Regente, e que Brasil e Portugal possuiriam o mesmo estatuto político. O reino teria três poderes: Executivo, Legislativo e Judiciário.

Sob a influência dos pensadores liberais, Bonifácio propôs um quarto Poder<sup>4</sup>, que deveria impedir a interferência de um sobre o outro, quando fugissem de suas respectivas competências. Ele seria composto por pessoas eleitas pela população e seria capaz de revogar medidas tidas como inconstitucionais. Esse documento também propunha a adoção de um Conselho de Estado<sup>5</sup>, para assessorar o Rei, composto por membros indicados pelas Juntas que governavam as províncias. No Legislativo, defendia-se a tão desejada paridade entre o número de deputados brasileiros e portugueses.

No segundo capítulo, Negócios do Reino do Brasil, Bonifácio tratava de duas questões que já defendia desde seu

longo período na Europa: a emancipação dos escravos e a “civilização” dos índios. Esse assunto era muito delicado, pois tanto Bonifácio como seus amigos que compartilhavam tal pensamento tinham a preocupação de como implementá-lo, salvaguardando direitos adquiridos e zelando para que a vingança e a barbárie não fossem a resposta dos libertos. O equilíbrio das tensões era a preocupação da época, e, embora reconhecendo a iniquidade do sistema e o sofrimento dos escravos, medidas que pudessem romper delicados equilíbrios históricos eram temidas.

Bonifácio também sofreria influência em suas ideias abolicionistas de diversos grupos da Europa e dos Estados Unidos da América e de pessoas muito influentes nessas sociedades. Não defendiam nenhum rompimento radical, como uma abolição brusca e repentina, pois isso arruinaria o comércio e os agricultores, mas sim o fim do tráfico e a abolição gradativa dos cativos. Almejavam a implantação de um projeto civilizatório na África e a sensibilização para as questões humanitárias que o tráfico ignorava. Muitos defendiam a tese de que a escravidão não era rentável. Entretanto o medo sempre foi mais forte do que a compaixão. Bonifácio defendia que, enquanto não fossem libertados, fossem bem tratados, pois não eram “brutos animais”. E alertava: “Tudo isto com tal circunspeção, que os miseráveis escravos não reclamem estes direitos com tumultos e insurreições que podem trazer cenas de sangue e horrores”. Em público, gostava de acusar “o urro dos sórdidos interesses que protegiam a escravatura e contra o lucro dos traficantes de escravos”. Mas, em privado, o tom polêmico era substituído pela ambiguidade e pela cautela. Em

4 Na primeira Constituição do Império, D. Pedro, seguindo essa sugestão, estabeleceria o Poder Moderador.

5 Na Constituição de 1824, a indicação dos membros ficaria a cargo do Imperador.

1761, o Marquês de Pombal já declarara libertos todos os afrodescendentes que entrassem em Portugal.

A questão do índio já era assunto desde a época do descobrimento. Uma agenda de catequese e integração à cultura europeia sempre foi preocupação dos portugueses. O difícil era “o que” e “como” aplicá-la. A mestiçagem com o europeu já era uma realidade desde o início da colonização. Bonifácio era um dos que compartilhavam dessa ideia e era influenciado por muitos amigos próximos.

Na verdade, Bonifácio tinha um pensamento “toleracionista” em relação aos escravos. Tanto na questão da escravidão quanto na dos indígenas, o que estava em jogo era evitar a desordem e a incivilidade de tais povos por meio de sua educação. Mesmo sem considerar uma igualdade política, Bonifácio desejava vê-los “cidadãos ativos e virtuosos”. Apoiava a política de integração dos povos e não o isolacionismo, dizendo que a América podia ser o seio de uma confraternização racial.

Para Bonifácio, todas as cidades, vilas e freguesias brasileiras tinham que ter as suas escolas para o ensino inicial. Cada província deveria dispor de colégios e universidades, onde seriam ensinadas as disciplinas de História, Línguas, Medicina, Veterinária, Física, Química, Botânica, Zoologia, Mineralogia, Economia, Filosofia, Ciências Naturais e Matemática Pura e Aplicada. Uma nova Constituição deveria dar toda a importância à educação e garantir investimentos. Defendia a ocupação das terras por pequenos e médios agricultores e combatia o seu uso improdutivo.

Também já se tratava de construir uma capital no interior do Brasil, longe da vulnerabilidade do litoral, para tornar a Corte mais protegida dos ataques vindos do mar. Esta nova capital se localizaria em torno dos 15 graus (onde, depois,

se construiu Brasília). Essa centralidade estimularia e facilitaria as comunicações num reino tão grande e permitiria o controle mais próximo das diversas regiões, estimulando o povoamento do interior do País. Tais propostas foram rigorosamente ignoradas pelas Cortes, já ressentidas com a primazia da antiga colônia.

Com relação a Lembranças e Apontamentos, Bonifácio expressava a não transferência do poder com o regresso a Lisboa de D. João VI. Nada de transferir o poder junto com D. João, embora considerasse necessária a partida do rei para Portugal. Ao mesmo tempo que o documento preparava os deputados paulistas para as reuniões na Corte em Lisboa, aqui no Brasil, na condição de vice-governador, tentava implementar um programa abordando tudo o que aprendera e criticara quando do seu regresso ao Brasil.

Enquanto isso, no Rio de Janeiro, uma miscelânea de grupos e opiniões: alguns queriam uma separação radical, como já acontecera em outros países americanos; outros eram partidários do Reino Unido – todos defendendo o que melhor lhes aprouvessem. Os maçons também estavam divididos. O momento era de muita instabilidade e agitação, até pelo fato de os portugueses possuírem o monopólio do comércio.

Na Bahia, a Junta Provisória de Governo, a tropa militar e os comerciantes mais proeminentes, todos portugueses, se recusavam a obedecer ao Príncipe Regente. Pernambuco também não reconhecia a autoridade de D. Pedro. Na Corte, o Príncipe Regente pedia aos fluminenses que tivessem calma e mantivessem o sossego, afirmando estar pronto a morrer por “três divinas coisas”: a religião, o rei e a Constituição.

A partir de outubro de 1821, começaram a aparecer pelas ruas do Rio de Janeiro panfletos denunciando as intenções das

Cortes em Lisboa e conclamando D. Pedro a assumir a direção do movimento em defesa da autonomia do Brasil, pois a independência já fora considerada conquistada desde 1815, quando da elevação de Colônia a Reino Unido a Portugal e Algarves.

O processo das Cortes em Lisboa, de fazer D. Pedro regressar a Portugal “a fim de aprimorar aprendizado e formação, com visitas à Inglaterra, França e Espanha”, diminuindo sua autoridade como Regente, isolando e retirando do Brasil qualquer autonomia política, seria culminado com a chegada ao Brasil, em 9 de dezembro de 1821, pelo navio *Infante Dom Sebastião*, dos decretos 124 e 125, de 29 de setembro 1821, em que as Cortes ordenavam a abolição da Regência e o imediato retorno de D. Pedro. As províncias ficariam sujeitas a Lisboa, esvaziando por completo a autoridade do governo.

Inicialmente resignado, parece que D. Pedro iniciou os preparativos para o seu regresso. As decisões emanadas da Corte, em Lisboa, encerravam qualquer pretensão dos brasileiros de quererem igualar seus direitos políticos e civis aos dos nascidos em Portugal. A Constituição promulgada nos asseguraria alguns direitos, porém sob vigilância permanente das tropas e dos governadores enviados por Lisboa. D. Pedro, por outro lado, tinha consciência de que seu pai era um rei sem poder, decorativo e prisioneiro das Cortes.

Aqui no Brasil, os comerciantes portugueses e estrangeiros, temerosos do impacto nos negócios, eram de opinião de que o retorno do príncipe provocaria o início da anarquia. Os funcionários de governo, a maioria portugueses, já demonstravam preocupação com a perda de seus cargos e funções. As famílias mais abastadas ficaram preocupadas com as perdas que teriam caso acontecesse um desgoverno que provocasse um movi-

mento revolucionário sem controle. Foi nesse contexto que a ideia de rompimento com Portugal começou a se fortalecer, iniciando uma campanha para que D. Pedro continuasse no Brasil. Logo os interesses de todos os setores envolvidos convergiram para uma independência feita sob o comando do Príncipe Regente.

Assim Bonifácio argumentava:

É impossível que os habitantes do Brasil, que forem honrados e se prezarem de ser homens, possam consentir em tais absurdos e despotismo... V. Alteza Real deve ficar no Brasil, quaisquer que sejam os projetos das Cortes Constituintes, não só para o nosso bem geral, mas até para a independência e prosperidade futura do mesmo. Se V. Alteza Real estiver (o que não é crível) deslumbrado pelo indecoroso Decreto de 29 de setembro, além de perder para o mundo a dignidade de homem e de príncipe, tornando-se escravo de um pequeno grupo de desorganizadores, terá que responder, perante o céu, pelo rio de sangue que, decerto, vai correr pelo Brasil com a sua ausência.

Grande instrumento que muito ajudaria o processo da permanência do Príncipe Regente no Brasil e, em consequência, a Independência, seriam as sociedades secretas, em especial a atuação marcante da maçonaria, que insuflava esse processo com toda força e vigor.

Desde a partida de D. João VI se iniciaram as pressões para o retorno de D. Pedro a Lisboa. Este começou a receber pedidos dos brasileiros para que aqui permanecesse. Representações de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro chegariam a D. Pedro rogando pela sua permanência e pelo descumprimento dos decretos 124 e 125, de 29 de setembro de

1821, da Corte em Lisboa. Representantes da Província de São Paulo manifestariam sua repulsa por um ofício datado de 24 de dezembro de 1821.

E assim, em 9 de janeiro, na Sala do Trono, após discurso emocionante do presidente do Senado da Câmara, José Clemente Pereira, pedindo a permanência do príncipe, D. Pedro teria se pronunciado: “Como é para o bem de todos e felicidade geral da nação, estou pronto: diga ao povo que fico”. Essa data ficaria conhecida em nossa história como o “Dia do Fico”.

Em consequência, em 11 de janeiro, D. Pedro demitiu o ministério nomeado por seu pai e, em 16 do mesmo mês, empossou um novo, com José Bonifácio assumindo como ministro dos Negócios do Reino e Estrangeiros, o primeiro brasileiro a ocupar tal cargo. A importância da permanência de D. Pedro no Brasil foi a de espantar a ameaça de uma guerra civil e a divisão do País em diversos Estados, à semelhança das colônias espanholas na América.

Chegado ao Rio de Janeiro, José Bonifácio se instala na Travessa de São Francisco, nº12, no Largo do Rocio, esquina da Rua do Sacramento, atual Praça Tiradentes. Sua primeira medida, em 21 de janeiro de 1822, determinava ao desembargador do Paço, chanceler-mor, que quaisquer leis ou decretos vindos de Portugal deveriam passar pela avaliação e autorização de D. Pedro. Em 30 de janeiro, endereçou documentos aos governos provisórios das províncias, convocando-os a se unirem sob a regência de D. Pedro.

Desde o primeiro momento, José Bonifácio considerava muito importante unir as províncias. Foi também convocada, por decreto de 16 de fevereiro de 1822, uma Junta de Procuradores ou Representantes das Províncias que deveria atuar no Rio de Janeiro, como um fórum

comum de união e interesses recíprocos, para aconselhar o Regente e defender as necessidades das províncias.

Logo entrariam em choque, Bonifácio e a Junta de Procuradores, em opiniões divergentes quanto à exploração do comércio e do trabalho escravo, combatidos por Bonifácio. Os embates políticos começariam a atrapalhar a condução pretendida por Bonifácio. Entre eles, com destaque para José Clemente Pereira, português e um de seus comandados no Batalhão Acadêmico na luta, em Portugal, para expulsar os franceses. Outros seriam o Almirante Rodrigo Pinto Guedes, Joaquim Gonçalves Ledo e o padre Januário da Cunha Barbosa, todos proeminentes politicamente na ocasião. Começaria, então, uma “briga” pela preferência do Príncipe Regente.

Como ministro e homem de confiança de D. Pedro, esperava-se de Bonifácio estabelecer um governo, impedir a separação das províncias, coordenar os impulsos revolucionários de forma construtiva e preparar a ruptura com a antiga metrópole. Bonifácio vivera na Europa, tendo sido testemunha do que acontecera na França após 1789, e vira a transformação de governos populares em regimes despóticos militares, acompanhando toda a guerra napoleônica. Era um homem de inteligência superior, de grande cultura e tinha larga experiência de vida. Agora, como ministro, sabia que encontraria toda espécie de obstáculos e oposições de todas as direções. Desejava sinceramente um governo responsável e um sistema representativo com garantias constitucionais e defenderia a todo custo a manutenção da unidade nacional. Era francamente favorável ao fim da monstruosidade da escravidão, à integração dos indígenas na sociedade, ao fim dos latifúndios, à vinda de imigrantes euro-

peus, ao desenvolvimento dos meios de transporte, à exploração correta das reservas minerais e à preservação da ordem pública. Entretanto sua personalidade arrogante, seu orgulho, sua pouca paciência e sua postura superior<sup>6</sup> não facilitariam o seu relacionamento com os políticos do Rio de Janeiro. Logo entraria em confronto com Joaquim Gonçalves Ledo, o padre Januário da Cunha Barbosa, Pereira da Nóbrega e José Clemente Pereira, entre outros. Embora todos estivessem empenhados na causa da emancipação do Brasil, pretendendo prestar os melhores serviços, estes teriam posturas distintas na condução desse processo, uns mais imprudentes que os outros, com pensamentos distintos na forma de conduzir a independência, aliados à procura pelo reconhecimento e à preferência do Príncipe Regente. A disputa pela primazia das medidas a serem tomadas e o sentimento não tão nobre, mas característico do ser humano de angariar a glória nos sucessos conseguidos, desencadeariam a hostilidade entre o grupo de Bonifácio e outros políticos, em especial os do Rio de Janeiro. Considerava Bonifácio que lhe caberia definir o rumo dos acontecimentos e estabelecer a estrutura das instituições. Logo se transformariam em desafetos e rivais. Nos primeiros meses, a superioridade de Bonifácio era incontestada. D. Pedro, em seus 23 anos de idade, dispensava atenção e consideração marcantes ao seu ministro. Admirava a inteligência, a vivacidade e a desenvoltura de Bonifácio em seus quase 60 anos, tratando-o quase como um pai. Reconhecia-o como um verdadeiro amigo sincero. Bonifácio tinha inteira convicção da importância da presença de D. Pedro na ação centralizadora necessária para que não houvesse a desintegração das

províncias do Brasil. Era importante que o processo de emancipação não acontecesse com ações revolucionárias e choques inúteis que pudessem ser evitados. A influência portuguesa em algumas delas era muito forte e predominante. Era preciso desmobilizá-las.

Entretanto, o projeto de união das províncias precisava ser consolidado. No Rio, em São Paulo e no Sul parecia já estar acertado o apoio ao Regente. Minas, apesar de tão próxima, ainda estava indecisa, pois nem apoiava as Cortes em Lisboa e nem se submetia a elas, porém era importantíssimo o seu apoio. Norte, Pará e Maranhão tinham ligações mais estreitas com Lisboa do que com o Rio de Janeiro. Era preciso trazê-los para a união que se pretendia. No Nordeste, Pernambuco ainda guardava as lembranças nefastas de 1817 e possuía certa independência econômica, assim como a Bahia, e os interesses comerciais e a grande presença portuguesa afastavam a região do projeto de união.

Era necessário atraí-los, e assim iniciou-se com uma viagem de D. Pedro a Minas Gerais. Sem tropa militar expressiva e viajando com pequena comitiva, o Príncipe Regente teria declarado: “Sois constitucionais, uni-vos comigo e assim marchareis constitucionalmente; confio tudo em vós; confiai em mim [...]; vós amais a liberdade, eu adoro-a!”. Promessas de melhorias nas estradas, algumas benfeitorias e acordos comerciais trouxeram Minas para apoio ao projeto de união. Bastou a ausência de D. Pedro no Rio de Janeiro para que articuladores preparassem um golpe, liderado pelo Almirante Rodrigo Pinto Guedes e que não prosperou graças à denúncia do juiz de Fora, José Clemente Pereira, e da arquiduquesa Leopoldina, apoiadora de José Bonifácio no governo, que lhe en-

6 Parece ser uma característica familiar, pois seus irmãos assim também se comportavam.

caminharam a seguinte correspondência: “Vem este instante o Barão de Mareschal, Secretário da Legação austríaca, contar que o Club era na fábrica de pólvora e que, anteontem, viu passar muita gente de lá para cá, às 11h da noite.”

A desconfiança era generalizada. Boatos se juntavam às verdades. A conspiração dos que não desejavam apoiar Bonifácio estava acontecendo. O dia 18 de abril, quando se elegeu o Conselho de Procuradores, seria o marco para os conspiradores. José Bonifácio, desconfiado que o ministro da Guerra, General Oliveira Álvarez, estivesse envolvido, foi conversar com o governador de Armas da província, General Joaquim Xavier Curado, e adiou o dia da eleição, determinando a prisão de vários envolvidos, em especial portugueses que apoiavam o golpe. Depois desses acontecimentos, D. Pedro sairia mais fortalecido, formando-se um bloco poderoso com as províncias de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro. D. Pedro regressaria de Minas no dia 25 de abril de 1822.

A amizade entre José Bonifácio e D. Pedro acarretava inveja, ciúmes e rivalidades no grupo do Rio de Janeiro, que desejava se aproximar do Imperador, angariar-lhe a simpatia, ter maior influência sobre ele e, por que não, entrar para o governo e ter a glória do poder. Era um grupo que realmente desejava a libertação do Brasil sob a liderança de D. Pedro, porém também desejava o poder de estar no governo. Os dois grupos possuíam o mesmo desejo: a emancipação política do País.

Bonifácio estreitava seu relacionamento com D. Pedro, e não foram poucas as vezes que, em vez de mandar chamá-lo, o príncipe montava em seu cavalo e ia falar com Bonifácio em sua casa no Largo do Rocio, chegando a ser jocosa e desrespeitosamente chamado de “ajudante de ordens” de José Bonifácio.

Desde sempre José Bonifácio tinha convicção de que, sem o Príncipe e a centralização do governo no Rio de Janeiro e a ruptura com Portugal provocariam o esfacelamento do Brasil. Entretanto a ideia de várias repúblicas, à semelhança das colônias espanholas, era cultivada, em especial, por comerciantes portugueses e brasileiros, donos de grandes fortunas e negócios comerciais.

A ideia de uma Constituinte no Brasil crescia. Era hora de convocar as Cortes. Em 21 de maio de 1822, D. Pedro assim escrevera para seu pai D. João VI:

É necessário que o Brasil tenha Cortes suas. Esta opinião generaliza-se cada dia mais. O povo desta capital prepara uma representação que me será entregue para suplicar-me, porque o povo tem razão(...); sem Cortes, o Brasil não pode ser feliz. As leis feitas tão longe de nós, por homens que não são brasileiros e que não conhecem as necessidades do Brasil, não poderão ser boas.

E continuando, assim termina:

Sem igualdade de direito, em tudo e por tudo, não há união. Ninguém se associa para ver piorar a sua condição, e aquele que é o mais forte, melhor deve saber sustentar os seus direitos. Eis porque o Brasil jamais perderá os seus, que defenderei com o meu sangue, sangue puro de brasileiro (...).

Em 23 de maio, o Senado da Câmara entrega a D. Pedro uma petição para a convocação da Constituinte, respondida em seguida:

Fico ciente da vontade do povo do Rio e, tão depressa saiba a das mais províncias, ou pelas Câmaras

ou pelos procuradores-gerais, então imediatamente me conformarei com o voto dos povos deste grande, fértil e riquíssimo reino.

Nesse mesmo dia, 23 de maio, Bonifácio baixara um ato de grande significado, especialmente relacionado a atrair a Inglaterra: autorizava a abertura da primeira igreja protestante no Brasil.

Naquele mês, uma inquietação se generalizava no Rio de Janeiro e em muitas outras províncias. A união com Portugal em pé de igualdade já não satisfazia mais.

Em 2 de junho, acontece a reunião do Conselho de Procuradores das Províncias, e no dia seguinte, 3 de junho de 1822, foi expedido o decreto no qual Bonifácio convocava a Assembleia Geral Constituinte e Legislativa, composta de deputados das províncias do Brasil, que apresentaria, ainda, declarações favoráveis à união entre Brasil e Portugal. Era um desafio às Cortes em Lisboa e uma declaração bastante significativa de separação e independência, pois estas continuavam insistindo com o retorno do Príncipe Regente.

Em agosto, D. Pedro declarou inimigas as tropas portuguesas que desembarcassem no Brasil sem a sua autorização. Aos governos das províncias foi recomendado que não dessem posse a funcionários nomeados em Portugal e que, para admissão a cargo público, se deveria prestar juramento à causa da União e à Independência do Brasil.

Em 6 de agosto, José Bonifácio encaminha um manifesto às “Nações Amigas” em nome do príncipe, garantindo que os seus interesses seriam respeitados. O manifesto dizia:

Tendo o Brasil, que se considera tão livre como o Reino de Portugal, sacudido o jugo da sujeição e inferioridade com que o reino irmão o pretendia

escravizar, e passando a proclamar a sua independência...

Em 14 de agosto, D. Pedro parte em viagem, com o propósito de apaziguar os descontentes em São Paulo, cujo governador, Franca e Horta, apoiado pelo ex-governador Carlos Augusto de Oyenhausen-Gravenburg, se opunha às arbitrariedades, ao despotismo e ao orgulho do agora Coronel Martim Francisco Ribeiro de Andrada, chamado por eles de “delinquente”. Em 19 de agosto, na cidade de Lorena, São Paulo, D. Pedro emitiu decreto dissolvendo o Governo Provisório daquela província. Entre 25 de agosto e 5 de setembro, ficaria hospedado no Colégio dos Jesuítas, em São Paulo. Daí seguiria para Santos. Entretanto, as coisas vinham acontecendo no Rio de Janeiro.

Em 2 de setembro de 1822, o Conselho de Estado se reuniu, sob a presidência de D. Leopoldina, para que fossem lidas as cartas chegadas de Lisboa, anunciando o propósito das Cortes: enviar tropas ao Brasil, substituir ministros por outros nomeados por D. João VI, eleger novas Juntas Governativas e investigar todos os atos administrativos considerados subversivos. D. Pedro, nas proximidades da Colina do Ipiranga, junto a um riacho do mesmo nome, recebeu as cartas de Bonifácio e D. Leopoldina. Nascia aí a nossa independência com o que ficaria conhecido como Grito do Ipiranga, já bem descrito acima.

Após as celebrações em São Paulo, D. Pedro chega ao Rio de Janeiro em 14 de setembro. Em 7 de outubro é aclamado pelos maçons com o título de Primeiro Imperador e Defensor Perpétuo do Brasil. Em 1º de dezembro de 1822, D. Pedro foi sagrado e coroado Imperador do Brasil. Cria, então, a Ordem do Cruzeiro para perpetuar esse dia.

Com a Inglaterra, nosso maior parceiro comercial, Bonifácio fez saber ao ministro George Canning que ele reprovava o tráfico de escravos e o definia como desonroso ao caráter da nação e prejudicial ao governo brasileiro. Entretanto só não o interrompia porque a existência do novo Império estaria comprometida. O governo não teria condições financeiras para bancar o fim do trabalho escravo. No entanto, tal atividade era mantida graças às relações promíscuas dos traficantes com a Corte e o Paço, em que ofereciam aos nobres e aos funcionários do governo uma participação nos lucros de seus empreendimentos. O confronto naquele momento não seria adequado, pois era preciso consolidar a independência.

Em 5 de janeiro de 1823, Bonifácio dirigiu carta aos governadores das províncias solicitando que facilitassem aos deputados os meios de transporte para virem participar da Assembleia Constituinte, dizendo ser da mais alta importância para o Império a coesão nacional. Considerava de grande benefício o contato pessoal e mais direto de brasileiros representantes das várias regiões do Brasil. José Bonifácio era da opinião que “sem a monarquia não haveria um centro de força e união, e assim não se poderia resistir às Cortes de Portugal e adquirir a independência nacional”.

Bonifácio pretendia definir cinco pontos importantes com a nova Constituição a ser aprovada para o Império: abolir a escravidão, integrar o indígena, promover a mestiçagem, civilizar o povo e a elite segundo padrões europeus e mudança da capital para o interior do País.

Considerava que língua, cultura e raça comuns seriam fatores que garantiriam o sentimento de pertencer a uma comunidade maior. Defendia a união entre negros, brancos e índios, prometendo vantagens a quem assim procedesse. Argumentava que

o Brasil já era há muito tempo mestiço, a educação seria o melhor instrumento para a ordem interna e que a escravidão era fator de incapacidade da cidadania, e essa incapacidade poderia impedir a constituição de um Estado civilizado.

## A FORMAÇÃO DA ARMADA IMPERIAL

Um país que possua um longo litoral, sua primeira necessidade como Estado independente é de uma Marinha respeitável, mesmo quando em tempos de paz.

Desde quando assumira o Ministério do Reino e Negócios Estrangeiros, em janeiro de 1822, José Bonifácio já vinha tomando providências necessárias para a formação e o preparo de um Poder Naval compatível com o novo Brasil. Em 4 de maio de 1822, Felisberto Caldeira Brant Pontes de Oliveira Horta, futuro Marquês de Barbacena, em carta a Bonifácio, alertava-o da necessidade de estabelecer um núcleo da Marinha com o recrutamento de marinheiros americanos e ingleses. Caldeira Brant encontrava-se em Londres desde 1821, em caráter particular, para tratar da compra de navios a vapor que diminuíssem de dois meses (navio a vela) para até duas semanas o percurso Rio de Janeiro-Belém do Pará.

Depois da decisão de D. Pedro de ficar no Brasil, Caldeira Brant, brasileiro, conservador e monarquista, achou de bom alvitre permanecer em Londres, onde poderia prestar ajuda ao Governo estabelecido. E assim se processou, sendo então nomeado por Bonifácio como nosso representante em Londres.

Caldeira Brant, com seus contatos em Londres e sua magnífica visão empresarial e iniciativa, somados ao seu patriotismo,

dispenderia grandes esforços com o intuito de formar uma Força Naval que a grandeza do novo Brasil Império requeria. O País estava endividado e sem crédito internacional. Seria necessário um agente diplomático que inspirasse confiança aos grandes banqueiros, em especial aos ingleses. Para o Brasil também seria muito importante poder contar com pessoa influente, a fim de manter o governo do Brasil ciente dos acontecimentos na Europa e em Portugal, especialmente os preparativos militares do Reino. Sua presença era importante, pois poderia explicar ao governo britânico a justiça da causa brasileira. Eram momentos difíceis.

Com muito esforço, conseguiu várias entrevistas com o ministro das Relações Exteriores, George Canning, argumentando a importância do reconhecimento da independência do Brasil. Por outro lado, a Grã-Bretanha encontrava-se numa situação delicada, pois, apesar de ter grandes interesses comerciais com o Brasil, tinha com Portugal laços seculares de amizade e comércio.

A necessidade de uma Armada poderosa, que merecesse confiança, era tema recorrente em suas cartas para Bonifácio. De Londres, mantinha o Governo no Rio informado de todos os preparativos militares em Portugal para fazer regressar a Lisboa o Príncipe Regente e fazer retornar o Brasil à situação de Colônia.

Em carta datada de 5 de julho de 1822, em Londres, Caldeira Brant dizia para José Bonifácio que um de seus contatos, o Capitão James Thompson<sup>7</sup>, oferecia duas fragatas com tripulação completa e armadas. Em 4 de outubro, recebe resposta de José Bonifácio para que efetuasse o contrato e comprasse mais navios, auto-

rizando-o a levantar empréstimo ou emitir carta de crédito, o que seria honrado pelo Tesouro brasileiro.

Por outro lado, o País passava por dificuldades financeiras expressivas. As dívidas do Brasil eram imensas, a começar com a falência do Banco do Brasil e a penúria em que D. João deixara o País com o seu retorno a Portugal. Vale destacar também que o governo de Bonifácio pouco arrecadava, pelo fato de diversas províncias não enviarem recursos para o Príncipe Regente por não reconhecê-lo, remetendo o dinheiro direto para Lisboa. Com isso, o governo foi obrigado, em 11 de dezembro de 1822, a promulgar um decreto confiscando as mercadorias, embarcações e propriedades dos portugueses. Outro decreto, de 30 de dezembro, elevava para 24% as importações vindas de Portugal e autorizava o corso contra os navios portugueses.

Em 24 de janeiro de 1823, Martim Francisco, irmão de José Bonifácio, como ministro da Fazenda, lança uma subscrição popular, voluntária, com a finalidade de comprar os navios de guerra de que a Marinha Imperial tanto necessitava e que pudesse fazer frente às dissidências das províncias que não aceitavam D. Pedro como Imperador. Foi um plano bem-sucedido e aceito pelos brasileiros. O imperador e a imperatriz foram os primeiros na subscrição, além de, com seu próprio dinheiro, adquirirem dois navios completos, os brigues *Caboclo*<sup>8</sup> e *Guarani*.

Proclamada a independência, em meio a dificuldades de toda ordem, para assegurar definitivamente a soberania brasileira, José Bonifácio sabia que, antes de tudo, o que se impunha era firmar a ordem pública no vasto Império. Em um

7 James Thompson foi comissionado capitão de fragata da Marinha nacional e imperial do Brasil.

8 Adquirido por D. Pedro de David Jewett (oficial norte-americano), ex-*Maipu*.

país em que a maior parte das ligações se fazia por mar e era indispensável garantir a unidade nacional, sendo o transporte do comércio marítimo primordial, seria imprescindível que se criasse uma Marinha de guerra para defender a independência do novo Império. No primeiro momento era importante formar uma Marinha que desestimulasse uma reação militar de Portugal, que naquele momento já enviara forças para apoiar os portugueses na Bahia e na Cisplatina.

Caldeira Brant recebera do Império os mais amplos poderes e arbítrios para recrutar oficiais e subalternos para os navios da nova Armada do Brasil. Imaginava-se inicialmente a contratação de 600 marinheiros e 12 oficiais. Em carta (secreta) datada de 7 de novembro de 1822, Caldeira Brant alertava José Bonifácio quanto ao custo de tais contratações. A compra de navios, munição, armamento, cabos, velames e material de marinharia, somada à contratação de marinheiros e oficiais para os navios brasileiros, era muito dispendiosa e desgastante, apesar de haver grande disponibilidade na Inglaterra, em especial pelo fim das Guerras Napoleônicas. Em 1813, a Marinha britânica possuía 713 navios no mar e 4.920 oficiais na ativa. Em 1820, eram apenas 134 navios e 600 oficiais.

Para a quantidade de profissionais do mar desempregados, a oferta do Brasil era atraente, não em termos de salário, pois eram oferecidos dois terços do que pagava a Royal Navy, mas em termos de trabalho e vantagens adicionais que lhes seriam devidas. Em decorrência de restrições das leis britânicas para contratação de homens do mar para participarem de guerras em que a Grã-Bretanha estivesse neutra, todo o processo foi feito com muito sigilo e caracterizado como emigração de colonos para exercerem trabalhos agrícolas. Tudo

foi realizado com muito êxito e, no final de janeiro de 1823, já haviam partido dois navios com os “agricultores” contratados. As contratações de material, pessoal e navios foram se sucedendo. Um total de 450 homens foram contratados.

O empenho de Bonifácio para estabelecer e incrementar uma Força Naval digna e de respeito agora era intenso. Apesar das dificuldades financeiras, as ações na Inglaterra estavam obtendo sucesso, contrariamente ao que se passava na França, que não obtinha solução favorável.

Depois da aclamação de D. Pedro, nossos agentes diplomáticos, Caldeira Brant (Londres) e Domingo Borges de Barros (Paris) – ex-colega de Bonifácio em Coimbra e deputado nas Cortes em Lisboa –, foram orientados a participar aos respectivos países a independência do Brasil do Reino de Portugal e Algarves.

Mas o País não estava em paz. Governos da Bahia, Maranhão, Piauí, Grão-Pará e Cisplatina se recusavam a reconhecer e se opunham à emancipação do Brasil Império. Desde o primeiro momento, verificou-se ser fundamental a criação de uma Marinha de guerra, instrumento capaz de dar respaldo e segurança à independência e dissuadir Portugal do envio de tropas. Era importante mobilizar os meios para expulsar as tropas portuguesas que se opunham a reconhecer D. Pedro como seu Imperador, além de preparar o País para a defesa contra uma possível reação da metrópole.

Em 5 de dezembro de 1822, o recém-nomeado ministro da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha, Capitão de Mar e Guerra Luiz da Cunha Moreira, determinou que cada oficial, de tenente a capitão de mar e guerra, assinasse declaração indicando se desejaria permanecer na Marinha Imperial ou regressar a Portugal. A maioria, 96 oficiais, optou por ficar, pe-

los vínculos que possuíam, e servir à causa do novo Império. Entretanto ainda seriam necessários oficiais de baixa patente, os tenentes. Apesar da adesão considerável de oficiais portugueses, ainda persistia a dúvida da lealdade desses militares na hora do confronto no mar com seus compatriotas. Esses oficiais abririam fogo contra seus irmãos portugueses?

O assunto precisava ser resolvido, pois já se estava delineando o inevitável confronto entre a Força Naval portuguesa, que se recusava a aderir ao Império, somada a navios vindos de Portugal como reforço, contra os navios do novo Império.

O Império disporia de poucos navios de combate e de transporte e algumas canhoneiras portuguesas que ficaram de posse da Armada nacional e imperial, como os descritos abaixo com o número de canhões que possuíam:

- Nau *Pedro I* (74), navio que veio com a família real em 1807;

- três fragatas: *União* (52), *Real Carolina* (44) e *Tétis* (30);

- duas corvetas: *Maria da Glória* (30) e *Liberal* (22);

- quatro brigues e brigues-escuna: *Real Pedro* (18), *Real* (10), *Independência ou Morte* (14) e *Leopoldina* (14);

- escunas: *Cossaka*, *Carolina*, *Catarina*, *Seis de Fevereiro*, *Maria Francisca*, *Maria Zeferina*, *Maria Teresa*, *Oriental*, *Isabela Maria*, *D. Álvaro de Castro*, *Luiz de Camões* e *Maria Isabel*; e

- duas canhoneiras: *Infante Dom Sebastião* e *Número 2*.

A maioria dessas embarcações tinha muitas restrições operativas. No Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro, três navios encontravam-se em reparos e sendo reaparelhados: Nau *Martim de Freitas* (74), Fragata *Sucesso* e Brigue *Reino Unido*, logo incorporados à Marinha do Império.

Outra grande dificuldade seria tripular esses meios navais com oficiais e marinheiros com experiência e confiança. A oficialidade brasileira nesses navios chegava a praticamente zero, pois a política oficial da Coroa portuguesa dificultava o aproveitamento de brasileiros nas Forças Armadas lusitanas, já que cabiam aos portugueses os postos disponibilizados.

O efetivo de marinheiros e graduados brasileiros para guarnecerem os navios imperiais era muito precário, tanto em número quanto em qualificação. Muitos eram portugueses e, assim, pouco confiáveis. Os brasileiros eram recrutados à força quando bêbados em tabernas, alguns eram presidiários perdoados, outros escravos. A solução seria o recrutamento de profissionais no exterior.

Nos primeiros momentos, após o Grito do Ipiranga, José Bonifácio enviara correspondência ao representante do Império na Argentina, Antônio Manuel Correia da Câmara, e também ao da Europa, Caldeira Brant, orientando-os a contratar oficiais e marinheiros para completar os claros abertos nos efetivos. Como mencionado anteriormente, o momento era propício pelo excesso de oferta de profissionais do mar, em decorrência do fim das guerras napoleônicas e do anseio de liberdade das colônias americanas do enfraquecido Reino da Espanha.

Logo que proclamada a independência, Bonifácio teria importante decisão a tomar: definir a quem seria confiado o comando em chefe da Esquadra nacional e imperial que se pretendia formar. Era opinião comum que deveria ser um marinheiro devidamente reconhecido internacionalmente e que sua reputação fosse capaz de quebrar o ânimo do inimigo. Alguns almirantes portugueses que aderiram ao Império chegaram a ser cogitados, mas sempre com alguma relutância.

Já havia algum tempo se pensando em Lorde Thomas John Cochrane, que se encontrava a serviço da consolidação da independência do Chile e do Peru. Em 13 de setembro, Bonifácio encaminha correspondência com instruções ao nosso representante em Buenos Aires, Antônio Manuel Correia da Câmara, para convidar Lorde Cochrane a assumir o Comando em Chefe da Esquadra. O convite<sup>9</sup>, feito pelo cônsul do Império do Brasil em Buenos Aires, assim dizia:

Milord,

O Brasil, potência da primeira ordem, tornou-se um novo Império, uma Nação independente sob o legítimo herdeiro da monarquia, Pedro o Grande, seu augusto defensor.

É por sua ordem – é da sua parte, e em virtude dos despachos ministeriais, que acabo de receber de Sua Excelência, o Sr José Bonifácio D’Andrada e Silva, ministro do Interior e das Relações Exteriores do Brasil, em data de 13 de setembro último – que tenho a honra de lhe dirigir esta nota; em a qual Vossa Graça é convidado por – e da parte do Governo do Brasil – a aceitar o serviço da Nação brasileira; onde sou devidamente autorizado a lhe assegurar categoria e graduação de nenhuma sorte inferior àquela que tem na República.

Abandone-se, Milord, ao reconhecimento brasileiro; à munificência do Príncipe; à proibidade sem mancha do Governo atual; far-lhe-ão justiça; não se rebaixará de um só ponto a alta consideração – Categoria – graduação – caráter – e vantagens que lhe são devidas.

(assinado) Antônio Manuel Correia da Câmara

Cônsul do Império do Brasil, em Buenos Aires.

4 de novembro de 1822.

Existe uma segunda carta<sup>10</sup>, já publicada em outros trabalhos, com o texto:

Venha meu Lorde. A Honra o convida, a Glória o chama. Um generoso Príncipe e toda uma nação o esperam. Venha, Hércules redivivo, e com seus nobres esforços, ajude a dominar a Hidra de cem cabeças de um terrível Despotismo. O Ocidente da América está salvo pela virtude de seu Braço (...). Venha já e proporcione às nossas Armas Navais a maravilhosa ordem e a incomparável disciplina da Poderosa Albion...

## LORDE COCHRANE NA MARINHA

Após várias operações bem-sucedidas, consolidada a independência, não só do Chile como do Peru, Lorde Cochrane se indispôs com o General San Martín. Nessa ocasião, em carta de 4 de novembro de 1822, recebe convite, por intermédio do representante do Brasil em Buenos Aires, para comandar a Esquadra do novo Império na luta pela consolidação da sua independência.

Devido às grandes vantagens que lhe estavam sendo oferecidas e à situação conflitante que vivia no Chile, em 13 de janeiro de 1823, Cochrane, acompanhado de diversos oficiais, entre eles Thomaz Sackville Crosbie, John Pascoe Grenfell, James Shephard e Estevão Carlos Clewly,

<sup>9</sup> Tradução oficial do texto original.

<sup>10</sup> *Annaes do Itamarati*, Ministério das Relações Exteriores, Rio de Janeiro, 1937, vol. 2, p. 99.

e outros marinheiros, em navio fretado por ele próprio, o Brigue *Colonel Allen*, partiu de Valparaíso. A vinda de Cochrane e de seu pessoal estava sendo muito esperada. Com a notícia de que ele estava a caminho, o entusiasmo se alastrou pela cidade.

O cônsul britânico, Henry Chamberlain, se pronunciaria:

não haver dúvida de que o talento e o espírito de iniciativa de Lorde Cochrane significavam uma incalculável vantagem para a Marinha brasileira nessa difícil conjuntura. Seu nome, por si só, constituía poderosíssima força.

Chegou ao Rio de Janeiro, na manhã de 13 de março, com uma chuva torrencial à entrada da Baía da Guanabara. Foi recebido pelo comandante da *Liberal*, Capitão-Tenente Antônio Salema Freire Garção, e pelo Capitão de Fragata John Taylor, comandante da *Niterói*, que se dirigiram imediatamente a bordo para saudar Lorde Cochrane e dar-lhes as boas-vindas. Na mesma tarde, Cochrane e seu capitão de bandeira, o ex-tenente da Marinha britânica Thomas Sackville Crosbie, foram conduzidos à residência de José Bonifácio para uma reunião com ele na presença do Imperador. A conversação foi cordial, e Cochrane regressou ao seu navio muito satisfeito com a recepção que tivera. Mais tarde, em seus apontamentos, assim descreveria o encontro<sup>11</sup>:

No dia seguinte [a sua chegada], depois de uma profusão de cumprimentos sobre minha reputação profissional, e de inteira concorrência no convite a mim dirigido pelo Cônsul em Buenos Aires, convite para que disse haver ele

empregado sua influência para com o Imperador, determinou-me de comunicar pessoalmente com ele todas as matérias de importância, sendo o ministro da Marinha meramente nomeado para expedir os negócios de segunda ordem.

No dia 15 de março, Cochrane levantou-se muito cedo para acompanhar o Imperador numa visita de inspeção, a fim de conhecer os meios navais que lhe estariam disponíveis, em que situação operacional se encontravam e quais eram os recursos dos arsenais de Marinha para construção e reparo das embarcações. No primeiro momento, agradaram-lhe as condições dos navios. A Nau *Pedro I* lhe atraiu a atenção de modo especial: havia sido inteiramente reaparelhada e continha todos os requisitos de um navio capitânia, entre eles um grande camarote, revestido de madeira e marroquim verde. A Fragata *Piranga* era moderna, de bom tamanho, com canhões de 24 libras em seu convés principal. A Corveta *Maria da Glória*, de construção norte-americana e projetada para alta velocidade, podia descarregar uma devastadora bordada a curta distância com seus canhões de 24 libras. Esses e outros navios da Esquadra estavam quase prontos para entrar em ação, sendo abastecidos para três meses. Entretanto não agradaria a Cochrane a postura pouco disciplinada dos marinheiros e suas poucas qualificações. Foi-lhe explicada a dificuldade de se encontrarem homens qualificados nas lides marinheiras no Brasil, e os que estavam a bordo com essa qualificação eram insuficientes, além de serem portugueses natos, compatriotas do inimigo! Realçou a Cochrane a fala do Imperador aos marinheiros, quando

11 Há uma controvérsia se o primeiro encontro aconteceu na tarde do mesmo dia da chegada ou se no dia seguinte.

definia o inimigo como sendo “as forças parlamentares portuguesas – a Corte”, e não o rei ou a nação portuguesa. Na segunda-feira, 17 de março, Cochrane foi recebido pelo secretário de Estado dos Negócios da Marinha, Capitão de Mar e Guerra Luiz da Cunha Moreira, quando ficou acertado que serviria ao Brasil até o reconhecimento de sua independência por Portugal. Nessa ocasião, foi-lhe oferecida a mais elevada patente da Marinha do Brasil – a de almirante. Para surpresa de Cunha Moreira, Cochrane categoricamente recusou tal patente, demonstrando que tal recusa se devia a considerações financeiras, pois sabia que um almirante português ou brasileiro recebia apenas 400 mil réis por mês, muito abaixo de um almirante britânico, sendo menos da metade do que recebera quando a serviço do Chile. Cochrane declarou, sem rodeios, que o convite que o trouxera ao Brasil garantira pelo menos as mesmas “vantagens” que recebera no Chile, deixando bem claro que não serviria por menos. Cunha Moreira respondeu-lhe que o Império naturalmente honraria seus compromissos e concordou com as condições de Cochrane. Ficou também decidido que os oficiais vindos do Chile, em companhia do almirante, seriam integrados à Marinha Imperial. Foram designados Thomas Sackville Crosbie, capitão de fragata, comandante da Nau *Pedro I*; e John Pascoe Grenfell, James Shepherd e Steven Clewley, no posto de primeiro-tenente. Resumindo, os vencimentos de Cochrane seriam três vezes mais do que os de qualquer almirante brasileiro e L\$500 libras a mais para o Primeiro Lorde do Almirantado.

Cochrane também questionou quanto à sua autoridade. Nesse momento, foi-lhe explicado que, como almirante, comandante em chefe da Esquadra, teria o comando tático supremo da Força Naval,

apesar de ser o terceiro na hierarquia, pois os outros dois almirantes se encontravam afastados da Marinha, já que Rodrigo Pinto Guedes estava ocupando importante cargo administrativo no Supremo Conselho Militar, e o Barão de Bagé contava mais de 80 anos e estava reformado havia muito tempo. Contudo Cochrane mostrou-se inflexível. Declarou que só prestaria serviços à Marinha nacional e imperial se lhe fosse atribuída, inequivocamente, a suprema autoridade.

Como essa decisão transcendia à do secretário de Estado dos Negócios da Marinha, foi então convocado o Conselho de Estado para que o problema fosse resolvido. Era, porém, premente a necessidade do Brasil, e o Governo concordou afinal com a solicitação de Cochrane e criou um posto único, e um soldo também em paralelo, de primeiro almirante. A notícia dessa decisão foi transmitida a Cochrane pelo próprio José Bonifácio. Satisfeitas suas condições, às 4 horas da tarde do dia 21 de março de 1823, em meio às salvas dos canhões, Cochrane hasteou seu pavilhão de Primeiro Almirante da Armada Nacional e Imperial do Brasil na Nau *Pedro I*, assumindo formalmente o comando da Força Naval composta pelos seguintes navios: fragatas *Piranga*, *União*, *Nitheyroy* e *Real Carolina*; corvetas *Maria da Glória* e *Liberal*; bergantins *Guarany* e *Real Pedro*; e Escuna *Leopoldina*. Assim foram os termos:

Sendo bem notório o valor, intelligencia, actividade e mais partes que concorrem no Almirante Lord Cochranne, que tanto se tem distinguido nos diferentes serviços de que tem sido encarregado, dando provas de maior bravura e intrepidez; e attendendo quanto será vantajoso para este Império aproveitar o reconhecido préstimo de

um oficial tão benemérito: Hei por bem conferir-lhe a patente de Primeiro Almirante da Armada Nacional e Imperial, vencendo de soldo anualmente 11:521\$00, tanto em terra como no mar, e mais de comedorias estando embarcado 5:760\$00, que são os mesmos vencimentos que tinha no Chile, não devendo porém considerar-se Almirante algum da Armada com direito a ter acesso a este Posto de Primeiro Almirante, que sou servido crear unicamente nesta ocasião pelos expedidos motivos e particular consideração que merece o mencionado Almirante Lord Cochrane. (26 de março de 1823).

Desde que assumira como ministro da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha, o Capitão de Mar e Guerra Luiz da Cunha Moreira já vinha estabelecendo um processo administrativo o mais eficiente que conseguira. Decretos, portarias, normas e procedimentos começaram a ser disseminados a fim de tornar eficiente a administração naval, além de criarem incentivos e estimularem o recrutamento. A parte remuneratória não ficaria para trás, tendo sido reajustados os salários de todos os operários navais. Os estaleiros trabalharam “a todo vapor” reparando e construindo os meios navais, a fim de dar à Esquadra sua maior operacionalidade. Em seis meses após a independência, a Marinha já dispunha de uma nau, quatro fragatas, três corvetas, nove brigues e brigues-escunas, 12 escunas e 20 canhoneiras e transportes. Faltavam ainda os marinheiros contratados e Lorde Cochrane para comandá-los. Apesar de tantos esforços para o recrutamento de marinheiros brasileiros, poucos tinham conhecimento das lides marinheiras. Os voluntários eram vagabundos da cidade, 50 presos tiveram suas penas perdoadas e foram embarcados

nos navios. O Decreto de 27 de fevereiro de 1823 autorizou que os escravos fossem embarcados como marinheiros. Os recrutadores começaram a frequentar as tabernas, agarrando marinheiros de qualquer nacionalidade com emprego da força. A pronta ação dos cônsules estrangeiros no Rio obteve a libertação da maioria de seus nacionais, mas alguns destes não tiveram igual sorte, e vários cederam à promessa de aumento do soldo para que desertassem de seus navios e ingressassem na Marinha nacional e imperial. A falta ainda persistia, os contratados na Europa não chegavam.

Em 15 de março, o governo baixou ordem proibindo a saída de qualquer embarcação da Baía de Guanabara, a qual já se encontrava com muitos navios querendo e necessitando sair, pois as movimentações eram intensas. A proibição foi necessária para que não houvesse o vazamento da informação da chegada de Lorde Cochrane.

Os estaleiros navais estavam sobrecarregados de serviços, alguns cuidando da construção de novos barcos, outros reparando e prontificando os navios a fim de colocá-los em condições para o combate.

Mas a sorte privilegia a razão e a competência. Em 18 de março, chega de Londres o navio *Lapwing* com marinheiros e oficiais, e alguns dias mais adentra a Baía de Guanabara o *Lindsays*, num somatório de mais de 170 homens, muito esperados e que acrescentariam uma respeitável força de trabalho para os navios de Cochrane. Logo, os marinheiros, após passarem por uma inspeção sanitária e de saúde, foram redistribuídos pelos navios. O capitânia, Nau *Pedro I*, recebeu 80 deles, a *Piranga* 33 e a *Niterói* 24. Os 33 restantes foram distribuídos pela *Real Carolina* e pelos navios menores. Depois de serem registrados e receberem seus soldos, os marujos foram autorizados a baixar terra após seis

semanas no mar, para felicidade de todos, dos marujos logicamente, dos donos das tabernas e das moçoilas do cais. Não demorou muito para que a maioria estivesse devidamente embriagada, cumprindo uma tradição dos homens do mar, em especial dos britânicos. Reza a lenda que, quando a notícia chegou aos ouvidos da Imperatriz Leopoldina, ela foi demasiadamente condescendente, tendo exclamado, após uma fogaosa risada: “Oh, é o costume do Norte, onde vêm homens bravos. Os marinheiros estão sob minha proteção. Coloco sobre eles o meu manto!”. Com certeza estava envolvida com a felicidade da chegada de tão expressivo reforço para a Força Naval.

Os oficiais assim foram distribuídos: o Capitão de Fragata James Thompson assumiu o comando da *Real Carolina*, tendo o Capitão-Tenente Benjamin Kelmare como seu imediato; os primeiros-tenentes Chester e Clare foram para a Fragata *Niterói*; Richard Phibbs foi julgado fisicamente incapaz pelos médicos, sendo substituído por James Nicoll, oficial do *Lapwing*, que foi destacado para a *Piranga* no posto de primeiro-tenente; e William Parker, um dos pilotos do *Lindsays*, também se apresentou como voluntário, sendo designado para servir na *Pedro I* como aspirante.

Em 29 de março de 1823, o litoral da Província da Bahia foi formalmente declarado em estado de bloqueio. No dia seguinte, Cochrane recebeu suas instruções: deveria suspender do Rio de Janeiro

levando debaixo das suas ordens os Navios da Esquadra que quiser, e vá demandar a Bahia, pondo aquelle Porto em rigoroso Bloqueio, destruindo ou tomando todas as forças Portuguesas que encontrar, fazendo todos os danos possíveis aos Inimigos deste Império, ficando finalmente à disposição do mencionado 1º Almirante obrar que for

conveniente contra as forças inimigas da Causa do Brasil e entendendo-se para esse fim, com o General Labatut, commandante do Exército do Recôncavo, prestando-se com a força que leva à sua disposição para o bom êxito da Comissão e Glória das Armas Nacionais e Imperiais.

## A FORÇA NAVAL SOB O COMANDO DE COCHRANE

O dia 1º de abril de 1823 amanheceu cinzento e nublado, com a Esquadra pronta para fazer-se ao mar com a primeira preamar, inicialmente com a *Pedro I* (capitânia), *Piranga*, *Maria da Glória* e *Liberal*. Os demais navios suspenderiam depois, pois necessitavam ainda de pequenos reparos. Desde às 4 horas da manhã já se observavam movimentos no aprestamento dos navios. Consta que Thomas John Cochrane embarcou na *Pedro I* às 5h30 e que, às 6h30, o Imperador e a Imperatriz foram se despedir do Primeiro Almirante e da Força Naval, só desembarcando para a *Galeota Imperial* já fora da barra. Às 7h30, foi hasteado o sinal de suspender, e os navios começaram a se movimentar saindo da barra, na frente a Nau *Pedro I*, ostentando o pavilhão de Cochrane e a bandeira imperial, seguida pela Fragata *Piranga* e pelas duas corvetas, *Maria da Glória* e *Liberal*. O matalote de ré era o menor navio de todos, o Brigue-Escuna *Real Pedro*. O Brigue *Guarani*, não conseguindo prontificar os seus reparos, não pôde suspender.

Aproximadamente às 9 horas, com a Nau *Pedro I* já bem fora da barra, o Imperador, a Imperatriz e a comitiva transferiram-se para a *Galeota Imperial*, a fim de regressar ao porto. O Imperador permaneceu de pé, à popa da embarcação, respondendo afavelmente às acla-

mações da tripulação de cada navio que por ele passava.

No dia seguinte, com todos os navios reunidos, Cochrane determinou o fundeio ao largo da Ilha de Maricá e ficou aguardando o Brigue *Guarani* e os primeiros-tenentes James Shepherd e John Pascoe Grenfell, que não puderam suspender por questões burocráticas não resolvidas.

Esse fundeio em Maricá foi muito útil para que Cochrane pudesse dar as orientações necessárias a todos os comandantes e arrumar e preparar os navios, tendo em vista a correria que foram os últimos dias antes do suspender. Os navios estavam sujos, mal arrumados, com os conveses abarrotados de material de todo o tipo. Era necessário sarar a bebedeira dos marinheiros ingleses e começar a adestrar os brasileiros, que tinham muito pouca experiência. A permanência ao largo de Maricá proporcionou boa oportunidade para eliminar esse estado de confusão.

Assim descreveria Cochrane esse momento em Maricá: “Fora cumprida a indispensável obrigação de distribuir os homens em seus postos e alojamentos, os marinheiros ingleses haviam se tornado sóbrios, e as coisas a bordo caminhavam bem”.

Além de passar a conhecer cada um, Cochrane aproveitava para transmitir-lhes as suas ideias próprias em matéria de tática e, com isso, permitir que as suas ordens fossem rapidamente reconhecidas e cumpridas, tirando proveito nas ações de combate.

Em relação às tripulações, não foi fácil trabalhá-las: demasiadamente heterogêneas, em sua maioria formadas de ingleses experientes, mas que não falavam uma palavra em português, brasileiros que quase nada conheciam das lides marinheiras e portugueses ressentidos. Os soldados da Brigada da Marinha não eram os melhores, pois quase todos eram escravos liber-

tos, preguiçosos demais para limpar seus alojamentos, e nada sabiam acerca das suas armas e dos canhões. Seriam necessários muitos exercícios para se equalizar tamanha miscelânea na tripulação. Não foi nada fácil. Exercícios diários de artilharia foram introduzidos para toda a tripulação, quando deveriam disparar os canhões, limpar as peças e tornar a carregá-las até que essas atividades se tornassem automáticas. Somente exercícios dessa natureza seriam capazes de manter a artilharia em ação nos momentos cruciais e decisivos das batalhas. Todas as tripulações estavam envolvidas em adestramento, exercícios para o combate ou reparo e arrumação do velame e do massame dos navios. Nos primeiros dias da comissão, Cochrane pôde observar que os navios desenvolviam diferentes velocidades. Além de atrasar o deslocamento da Força Naval de forma unida, poderia trazer dificuldades táticas na hora do combate. A *Pedro I* e a *Maria da Glória* eram boas de manobra e desenvolviam boa velocidade. Porém a *Piranga*, a *Liberal* e o *Guarani* eram lentos e pesados.

Os navios se separaram e só voltaram a se reencontrar em 25 de abril, tendo Cochrane determinado municiar as tripulações com cutelo, pistola e lança. A munição reserva, transportada pela *Niterói*, foi transferida para os demais barcos, e a *Real Pedro* foi desarmada e convertida em brulote.

No Rio de Janeiro, mais esforços logísticos para o aprestamento da Força Naval continuavam a chegar. Em 22 de abril chega o Navio-Transporte *Nancy* com uma carga de massame, munições e suprimentos bélicos que haviam sido adquiridos por Caldeira Brant secretamente.

Em 12 de maio, a Fragata *Real Carolina* fez-se ao mar rumo a Morro de São Paulo, base estabelecida por Cochrane nas proximidades de Salvador, comboiando

dois navios carregados de biscoito, arroz, farinha, legumes e rum. Uma semana depois, seria o mercante holandês *Camillus* transportando mais suprimentos, e depois o Brigue-Escuna *Rio da Prata*, sob o comando do Capitão-Tenente Manuel Siqueira Campelo, seguido pelo navio *Lucônia*, carregado de lenha e água.

Em junho de 1823, a subscrição nacional para a Marinha já atingira 33 contos de réis, com um somatório mensal da ordem de 7 contos. Assim, em junho, mais dois navios haviam sido prontificados, os brigues-escunas *Rio da Prata* e o *Atlanta*. O Brigue *Cacique* foi enviado ao Sul para reforçar a Força Naval brasileira ao largo de Montevidéu.

Em 13 de junho, chegou de Londres o Navio-Mercante *Alice*, transportando 102 marinheiros britânicos e dois oficiais. Foram imediatamente transferidos para o Brigue *Coronel Allen*<sup>12</sup> e enviados para Morro de São Paulo, sob o comando do Capitão-Tenente Bartholomew Hayden, sendo o navio batizado de *Bahia*.

Após 15 dias, chegava ao Rio de Janeiro o Navio-Transporte *Mary*, trazendo mais 164 marujos britânicos, sob o comando do Capitão de Fragata James Norton. Um total de 50 marinheiros foi designado para o *Atlanta* e o *Cacique*, e os demais permaneceram a bordo do *Mary* e foram levados para Morro de São Paulo, a fim de reforçar a Força Naval brasileira. Logo chegaram mais oito oficiais ingleses, sendo que quatro deles foram embarcados no *Atlanta* e demandaram ao norte, sob o comando do Primeiro-Tenente Samuel Gillett.

Cochrane e a Força Naval sob seu comando realizaram tudo quanto deles se esperara e mais ainda. Numa brilhante campanha que se prolongara por seis meses, haviam conseguido bloquear e expulsar um Exército e uma poderosa Esquadra portuguesa da Bahia, zona estrategicamente fundamental. Perseguiram-nos para além das águas brasileiras e através do Atlântico. Lograram a evacuação das guarnições portuguesas do Maranhão e do Pará, o que, com a de Montevidéu, permitiu que essas províncias afirmassem sua lealdade e adesão ao Império do Brasil.

O ano de 1823 fora de vitórias. Em consequência da campanha naval, fora resolvido o impasse militar que ameaça-

ra frustrar a luta do Brasil para libertar-se de Portugal, e o País estava livre das tropas inimigas. Graças aos esforços da Marinha brasileira, o governo imperial se encontrava em

## A Marinha desempenhara papel fundamental na consolidação do Império, como previra José Bonifácio

condições de iniciar negociações de paz que permitissem o reconhecimento de sua independência com êxito. A Marinha desempenhara papel fundamental na consolidação do Império, como previra José Bonifácio. O Brasil era de fato uma nação independente

Em 25 de março de 1824, D. Pedro outorgava a 1ª Constituição do Império do Brasil, elaborada em 40 dias por uma comissão de dez membros, o Conselho de Estado.

Em 29 de agosto de 1825, pelo Tratado do Rio de Janeiro, ou Tratado de Paz, Amizade e Aliança, intermediado pela Inglaterra, Portugal reconhece o Império

<sup>12</sup> Navio que trouxera Cochrane do Chile.

do Brasil, obrigando-se este a pagar 2 milhões de libras a Portugal. E também assina dois tratados: um garantindo tarifas alfandegárias especiais para produtos ingleses em portos brasileiros, e outro prometendo o fim do tráfico negreiro para os três anos seguintes. O Brasil era de fato uma nação independente.

## DATA DE CRIAÇÃO DA ARMADA

É importante mencionar que quando D. João veio para o Brasil, aqui chegando, em 1808, trouxe consigo a Secretaria dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos do Reino de Portugal; quando voltou, esta foi com ele. Os navios que aqui ficaram eram do Reino, com a quase plenitude de sua oficialidade e a grande maioria de marinheiros portugueses.

Quando não há precisão nas datas, a história volta-se para interpretação de fatos ocorridos. Neste caso, vamos às interpretações:

– Criação da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha após a Independência, hoje Marinha do Brasil – não há uma data precisa. Historiadores e estudiosos do assunto consideram a data de posse do Capitão de Mar e Guerra Luiz da Cunha Moreira, futuro Visconde de Cabo Frio, como primeiro ministro brasileiro, em 28 de outubro de 1822.

– Criação da Armada nacional e imperial – Após a Independência, muitos navios do Reino regressaram a Portugal ou foram arrecadados pelo Império. Assim, a data de 10 de novembro de 1822 é hoje considerada como a de criação da Esquadra brasileira, quando D. Pedro entregou para os navios da Armada as bandeiras do Brasil Império e estas foram içadas nos mastros dos navios.

## CONCLUSÃO

Mesmo com o regresso de D. João VI, o Brasil ainda fazia parte do Reino Unido de Portugal e Algarves e Terras Ultramarinas, tendo se tornado a parcela preponderante desse Reino.

Proclamada a independência, era da maior importância a união de todas as províncias ao Império do Brasil.

No início de 1823, a situação estratégica mudara no Brasil de modo significativo. Entretanto algumas províncias não aceitavam a autoridade do Príncipe Regente e mantiveram sua lealdade à Corte em Lisboa. Era preciso demovê-las, nem que fosse com o uso da força militar. Assim se processaria nas províncias Cisplatina, Bahia, Maranhão e Pará. Esse período ficaria conhecido como “As Guerras da Independência”.

Em 28 de janeiro de 1823, partiu do Rio de Janeiro com destino à Bahia uma força naval sob o comando do Capitão de Mar e Guerra Jewett, levando material bélico e 700 soldados do Batalhão do Imperador sob o comando do Coronel José Joaquim de Lima e Silva. A Força Naval era assim constituída: fragatas *Piranga* e *Real Carolina*, esta sob o comando do Capitão de Fragata Manoel Gonçalves; corvetas *Liberal*, comando do Capitão-Tenente Antônio Salema Freire Garção, e *Maria da Glória*, comando do Capitão-Tenente Theodoro de Beaurepaire; Brigue *Real Pedro*, comando do Segundo-Tenente Justino Xavier de Castro; e Escuna *Leopoldina*, comando do Segundo-Tenente Camilo Caetano dos Reis. Esses eram os navios disponíveis na ocasião.

Em 12 de março de 1823, depois do regresso da Força Naval da Bahia, a Marinha Imperial começava a tomar “forma”.

Navios disponíveis:

- Nau *Pedro I* – com 74 canhões – comando do Capitão de Fragata Thomas Sackville Crosbie, ostentando o pavilhão de Cochrane e a bandeira imperial;

- Fragata *Niterói* – comando do Capitão de Fragata John Taylor;

- Fragata *Piranga* – comando do Capitão de Mar e Guerra David Jewett;

- Corveta *Maria da Glória* – comando do Capitão-Tenente Theodoro de Beau-repaire;

- Corveta *Liberal* – comando do Capitão-Tenente Antônio Salema Freire Garção;

- Brigue-Escuna *Real Pedro* – comando do Segundo-Tenente José Guimarães Rodrigues de Sousa e depois do Primeiro-Tenente Justino Xavier de Castro;

- Brigue *Guarani* - comando do Capitão-Tenente Antônio Joaquim do Couto;

- Brigue-Escuna *Leopoldina* – com

14 canhões – comando do Capitão-Tenente Francisco Rebelo da Gama;

- Brulote *Luísa* – comando do Primeiro-Tenente Francisco Bibiano de Castro; e

- Brulote *Catarina* – comando do Segundo-Tenente Augusto Venceslau da Silva Lisboa.

Vimos as dificuldades do governo de José Bonifácio em estruturar uma nova Marinha, que viria a ter participação ímpar e expressiva na manutenção da integridade territorial do Império. Na visão estratégica de José Bonifácio, o Brasil caminhava para um processo rápido de independência de Portugal. Para que essa nova força fosse possível e sustentável, com o menor grau de dificuldade, de enfrentamento e de perdas materiais e pes-

soais, seria necessário o estabelecimento de uma Marinha nacional, com navios tripulados por nacionais e, se possível, aqui construídos. Bonifácio sabia que enfrentaria muitas dificuldades e superações, até porque o Brasil fazia parte do Reino de Portugal, Brasil e Algarves, que já possuía uma Marinha estabelecida, com grande maioria da tripulação de portugueses, em especial a oficialidade.

Para concretizar tal pensamento, desde janeiro de 1822, quando assumira como ministro dos Negócios do Reino e Estrangeiros de D. Pedro, iniciara tratativas para que o Brasil tivesse uma Marinha de guerra com a capacidade de dissuasão e de enfrentamento como ele previra e que,

meses mais tarde, se mostraria essencial para a consolidação da nossa independência. Não seria fácil, pois uma Marinha não se improvisa em decorrência das dificuldades inerentes à

## Devemos ao “Patriarca da Independência” a formação de nossa primeira Armada nacional e imperial

formação profissional de homens do mar e à demora na construção de belonaves, além da necessidade de recursos financeiros inexistentes. Mas era preciso dar o primeiro passo. Nesse processo, muitos contribuiriam para a formação de uma Força Naval necessária para tão grandioso país. Teria participação expressiva nessa árdua tarefa Felisberto Caldeira Brant Pontes de Oliveira Horta – futuro Marquês de Barbacena, que, da Inglaterra, iniciara contatos para aquisição de navios, armamentos, equipamentos de marinharia e, em especial, marinheiros experientes, em todos os níveis hierárquicos, para guarnecerem esses meios navais. Destaco que tanto a aquisição de navios como a contratação de marinheiros não foram simples de serem executadas, pois o Reino Unido era aliado

de Portugal e impunha muitas restrições a que marinheiros ingleses lutassem contra seu aliado.

Logo nas primeiras interações com os navios portugueses, na Bahia, são descritos os percalços passados por alguns navios do Império que possuíam tripulação de marinheiros de nacionalidade portuguesa. Apesar de adeptos do novo Império, na hora do confronto com seus nacionais embarcados nos navios portugueses, recusaram-se a guerrear ou, pior, até dificultaram aos demais tripulantes as manobras navais necessárias para o combate. Por fim, observamos que a Marinha, estabelecida às pressas e com muito sacrifício pelo governo Bonifácio, foi a grande responsável pela pacificação das oposições ao Império, nas províncias da Bahia, do Maranhão, do Pará e da

Cisplatina, e depois na Confederação do Equador, dissuadindo outras mais a não se revoltarem.

As sábias ações de José Bonifácio, assim que assumiu o Ministério dos Negócios do Reino e Estrangeiros, para estabelecer uma Marinha nacional, no tempo e no espaço devidos, foram fator primordial na integração territorial do Brasil Império e responsáveis pelo espaço geográfico que hoje ocupamos.

Bonifácio, com perspicácia e visão do mundo em sua época, já vislumbrava a necessidade de uma Marinha respeitável e com capacidade bélica de dissuasão que permitisse tornar e manter o Brasil um país livre.

Devemos, portanto, ao “Patriarca da Independência” a formação de nossa primeira Armada nacional e imperial.

#### 📁 CLASSIFICAÇÃO PARA ÍNDICE REMISSIVO:

<HISTÓRIA>; Guerra da Independência; História da Independência; História da Independência do Brasil; História da Marinha do Brasil;